

Adrian Cunningham

Diretor de Relações Estratégicas do National Archives of Australia (NAA).
Secretário do Comitê de Normas de Descrição do CIA entre 2002-2004. Convocador
do Comitê de Normas de Descrição da Sociedade Australiana de Arquivistas
e membro do Comitê de Normas Australiano IT/21 sobre Gestão de Documentos.

O Poder da Proveniência na Descrição Arquivística

Uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR(CPF)

A proveniência e a descrição arquivística
diante de mudanças administrativas no âmbito
dos governos e das grandes corporações.

Proveniências múltiplas e sucessivas, suas
conseqüências para o arquivamento e a
evidência disso nos documentos eletrônicos.

O controle intelectual dos documentos, a
abordagem do fundo aplicada aos arquivos e o
sistema de séries australiano. O desenvolvimento da
ISAAR(CPF), o valor e a utilidade do controle de
autoridade nos sistemas de informação e o compar-
tilhamento de dados descritivos por meio do EAC.

*Palavras-chave: proveniência; descrição em arquivos;
sistema de séries australiano; ISAAR(CPF); EAC.*



The provenance and archival description in the
context of administrative changes in the
government and big corporations spheres.

Multiple and successive provenances and their
consequences to the archival activities and the
evidences of that, especially in electronic

records. The intellectual control of records, the
“fonds” approach applied to archives and the
evolution of the Australian series system. The deve-
lopment of ISAAR(CPF), the value and utility of au-
thority control in information systems and the sha-
ring of archival description data by means of the EAC.

*Keywords: provenance principle; archival description;
Australian series system; ISAAR(CPF); EAC.*

A COMPLEXA REALIDADE DA PROVENIÊNCIA

Como todo arquivista sabe, o que
distingue os arquivos de outras
formas de informação é que seu
significado e valor derivam de sua pro-

veniência. Se não se sabe a proveniência
de um documento, então o documen-
to não pode ser mais do que uma fonte
descontextualizada de informação – um
objeto de informação que é, em gran-
de parte, desprovido de um significado
mais amplo. O conhecimento da prove-

niência de um documento possibilita que este seja usado como evidência de atividades, para o que é essencial saber quem o produziu ou recebeu e para qual propósito. Como a norma internacional de gestão de documentos afirma, documentos são: “informação produzida ou recebida e mantida como evidência e informação por organização ou pessoa em conformidade com obrigações legais ou na operação de condução de suas atividades”.¹

Um dos objetivos principais da descrição arquivística, portanto, é registrar essa proveniência na descrição arquivística e em nossos sistemas de controle intelectual e acesso. Em outras palavras, nossos sistemas de descrição arquivística têm que documentar os arquivos em seu contexto. Os instrumentos e sistemas de descrição arquivística têm que documentar e informar as relações entre a atividade de arquivamento e os arquivos criados por pessoas e organizações. Além disso, a documentação da proveniência em si pode ser ela própria um útil ponto de acesso aos documentos em sistemas de controle arquivístico.

Enquanto todos os arquivistas concordam que a proveniência é uma característica definidora dos arquivos, a realidade da proveniência é, acredito, mal compreendida. Muitos de nossos sistemas de descrição são baseados na suposição simplista de que há axiomáticamente uma relação simples e direta, um a um, entre uma dada entidade de proveniência e um dado conjunto

de documentos. Essa visão já havia sido articulada pelo menos desde 1898, com a publicação do assim chamado *Manual dos arquivistas holandeses*² de Muller, Feith e Fruin. Muller e seus colegas certamente tinham boas razões para enfatizar a importância de não se misturar documentos que tinham proveniências diferentes em projetos arquivísticos de arranjo. Eles tinham que convencer os arquivistas de que era vital não obscurecer a proveniência dos documentos por meio de combinações e separações arbitrárias. Em retrospecto, no entanto, está claro que a rígida adoção das regras holandesas para o arranjo e descrição conduziu os arquivistas a acreditarem teimosamente que um conjunto de documentos sempre poderia ter apenas uma proveniência – uma crença que, como veremos, simplesmente não reflete a realidade.

Os arquivos refletem e documentam a vida e atividades no mundo real. O mundo real é complexo. Relações no mundo real são raramente diretas, de um para um; pelo contrário, são usualmente de muitos para muitos. No mundo real, os arquivos refletem a complexa realidade de inter-relações dinâmicas entre diferentes entidades produtoras de documentos. Um exemplo comum dessa complexidade é a incidência de mudanças administrativas em governos e em grandes corporações. Em termos arquivísticos, isso pode ser entendido como sucessivas e múltiplas proveniências. Mas, múltiplas proveniências também podem acontecer simultaneamente,

quando mais de uma entidade é envolvida, ao mesmo tempo, na produção e no uso de um dado conjunto de documentos. Esse fenômeno sempre existiu, mas está se tornando cada vez mais prevalente e aparente com os documentos eletrônicos, quando sistemas compartilhados freqüentemente criam um único conjunto de documentos para múltiplas entidades distintas.⁵

Dada essa complexa realidade, então como os arquivistas deveriam documentar a proveniência? Primeiramente, e mais importante, deveríamos elaborar e construir sistemas arquivísticos que reflitam, ao invés de distorcer, a complexa realidade do arquivamento. Em um ambiente de bases de dados relacionais este não é um desafio tão difícil. Tudo o que é requerido é um sistema que permita descrições separadas, mas relacionadas, de documentos e das diferentes entidades que os produziram. Em tais sistemas, as entradas de dados precisam ser normalizadas, porém as apresentações (ou as formas pelas quais as entradas podem ser oferecidas para exibição e interface para os seres humanos) podem ser infinitamente variadas para se adaptarem aos diferentes requisitos dos usuários. Uma das grandes vantagens dos computadores para os arquivos é que as entradas em nossos sistemas de controle descritivos não precisam mais ser idênticas às interfaces com os usuários (ou os instrumentos de pesquisa) daqueles sistemas, nem precisam ser restringidas por instrumentos tão limitados e desa-

jeitados quanto os catálogos de fichas, calendários⁴ e inventários.

EVOLUÇÃO DO “SISTEMA DE SÉRIES” AUSTRALIANO

A Austrália é uma nação jovem. Quando o *Manual dos arquivistas holandeses* foi publicado em 1898 a Austrália nem existia como nação – tivemos que esperar mais três anos para esse evento marcante. Tivemos que esperar mais cinqüenta anos para que um arquivista nacional fosse nomeado, embora como um relativamente pouco importante funcionário da Biblioteca do Parlamento. Em verdade, não foi senão na década de 1960 que a profissão de arquivista na Austrália atingiu uma considerável massa crítica. Mais ainda, tivemos que esperar até 1975 para que a associação profissional dos arquivistas, a Australian Society of Archivists, fosse criada.

Quando a Divisão de Arquivos do governo australiano foi estabelecida no final da década de 1940, ela teve a significativa vantagem de trabalhar em um campo virgem. Embora a burocracia australiana e muitas de suas práticas de arquivamento fossem baseadas no modelo secular do serviço público britânico, nossos sistemas de controle de arquivos tiveram que ser construídos do nada. É claro que, a princípio, a Divisão de Arquivos estava mais preocupada em identificar os documentos mercedores de preservação, resgatá-los e colocá-los em condições de armazenamento razoáveis. Mas, na metade da década de 1950, a

Divisão começou a direcionar sua atenção em como melhorar o controle intelectual sobre esses documentos.

O primeiro arquivista do governo australiano, Ian Maclean, e seus colegas tinham, não surpreendentemente, se familiarizado com os textos de Sir Hilary Jenkinson e o modelo de prática arquivística desenvolvido pelo Public Records Office, em Londres. As primeiras tentativas de alcançar um controle intelectual consistiam em tentar impor a assim chamada abordagem do “fundo” nos documentos do governo australiano. Esse pensamento foi reforçado em 1954, quando T. R. Schellenberg, do *National Archives* norte-americano, veio à Austrália para uma consultoria quanto ao desenvolvimento de nossos sistemas de arquivos. Enquanto todos os governos experimentam mudanças administrativas, políticos australianos elevaram tal fato ao nível de uma refinada arte. A paisagem burocrática australiana é perpetuamente mutável, com constantes realocações de funções entre um conjunto de unidades administrativas, agências governamentais e departamentos ministeriais extremamente instáveis. Embora essa tendência tenha se tornado mais perceptível com o passar do tempo, histórias administrativas complexas sempre foram uma das características dos empreendimentos burocráticos australianos. Quando funções são realocadas, os documentos são normalmente realocados com elas. Por exemplo, entre 1916 e 1945, a função de restrição de imigra-

ção (e os documentos relativos à performance de implementação dessa função) foi transferida para dez departamentos governamentais diferentes: Assuntos Externos; Interior e Territórios; Assuntos Internos; do Primeiro-Ministro; Mercados e Migração; do Primeiro-Ministro; Transporte; Interior I; Interior II; e Imigração.⁵

É esse problema, o das múltiplas proveniências, que deu a Maclean e seus colegas dores de cabeça, quando tentaram aplicar a abordagem de fundos para o controle intelectual. Instintivamente, sabiam que as histórias administrativas complexas requeriam assídua documentação arquivística do contexto de produção dos documentos. Eles continuaram, com crescente dificuldade, a tentar fazê-lo até o começo de década de 1960, quando um jovem lingüista, chamado Peter Scott, foi nomeado para o Arquivo. Em 1964, Scott fez a sugestão radical de se abandonar o fundo como foco do controle intelectual e, ao invés disso, se adotar séries, baseadas em funções, como meio de controlar os documentos.⁶

Esse foco nas séries documentais levou, talvez inevitavelmente, a que as estratégias de Scott fossem referidas como o “sistema de séries”. Como Chris Hurley⁷ e outros desde então apontaram, entretanto, não era tanto o foco na série a característica definidora da estratégia de Scott, mas sim sua insistência na necessidade de se registrar separadamente a descrição dos documentos e o contexto administrativo. A

série, para Scott, oferecia o veículo mais eficiente para registrar a descrição de documentos. Como tal, as descrições de séries tornaram-se entidades avulsas que se conectam, conforme requerido, às descrições de todas as agências de governo que contribuíram para sua existência.

Longe de ser um ataque ao princípio da proveniência, Scott via sua abordagem como sendo um meio mais eficiente de registrar a verdadeira e freqüentemente complexa natureza da proveniência e sistemas de arquivamento do que o uso da abordagem de fundos. A visão australiana é que a proveniência não pode ser reduzida a uma simples relação um a um entre o produtor dos documentos e os próprios documentos. A visão simplista da proveniência, que é incorporada na abordagem de fundos na descrição arquivística, representa, para nós, uma corrupção do princípio arquivístico de *respect des fonds*. Para muitos de nós na Austrália, o fundo é mais um caso de *disrespect des fonds*! Documentos podem ter, e freqüentemente têm, múltiplas relações de proveniência, sejam simultâneas ou sucessivas. Cabe a nós, arquivistas, elaborar sistemas de descrição que reflitam as realidades dinâmicas e complexas do arquivamento.

Em essência, o sistema australiano consiste de duas partes componentes inter-relacionadas:

1 - Controle do contexto, que é alcançado por meio da identificação e registro das entidades produtoras de docu-

mentos e de outras entidades que fazem parte do ambiente e da documentação das histórias administrativas e biográficas daquelas entidades, suas responsabilidades funcionais e suas relações umas com as outras e com os sistemas de arquivamento por elas mantidos; e

2 - Controle dos documentos, que é obtido por meio da identificação, registro e documentação das séries documentais e/ou dos itens que as compõem.

No sistema australiano, as entidades contextuais que precisam ser documentadas e ligadas a descrições dos documentos incluem indivíduos, famílias, organizações, equipes de projetos, agências governamentais e ministeriais, os próprios governos, funções e atividades. É essa complexa rede de relacionamentos dinâmicos entre essas várias entidades que sustenta as transações que levam à produção de documentos. É, portanto, essencial capturar a documentação desses relacionamentos, de modo a oferecer o conhecimento do contexto necessário para se compreender o conteúdo dos próprios documentos. No *continuum* do pensamento australiano, os documentos não são vistos como "objetos passivos a serem descritos retrospectivamente", mas como agentes da ação, "participantes ativos nos processos de negociação".⁸

Como se pode ver, o sistema australiano representa uma abordagem dinâmica no que diz respeito ao controle intelectual dos documentos. Usando esse sistema, qualquer conjunto específico de documentos pode ser visto simultâ-

nea ou consecutivamente, por meio de múltiplos prismas contextuais, espelhando, desse modo, a natureza dinâmica e contingente da criação de documentos. Os elementos estruturais do sistema oferecem os blocos constitutivos conceituais e documentais a partir dos quais instrumentos de pesquisa, tradicionais ou não, podem ser construídos como e quando requerido.

PÓS-CUSTODIALISMO E O CONTINUUM DOS DOCUMENTOS

Há outra importante característica central da abordagem australiana de controle intelectual dos documentos. Ao contrário das tradicionais abordagens *post hoc* da descrição arquivística, que enfocam a descrição estática de documentos não-correntes, a abordagem australiana pode ser, e é, usada para conseguir o controle intelectual sobre todos os documentos, tanto os correntes quanto os não-correntes, numa área de arquivamento. Desde os primeiros dias de sua nomeação, Ian Maclean esteve determinado a implementar uma abordagem integrada para a gestão de todos os documentos do governo australiano, não apenas para aqueles remanescentes, que haviam sido separados como “históricos”.

Sob essa filosofia de controle intelectual, os arranjos de custódia aos quais os documentos são submetidos não têm mais grande importância. Certamente, é importante saber, em qualquer momento, onde os documentos são mantidos,

mas eles não precisam mais estar sob a custódia arquivística para o *National Archives* ter uma responsabilidade estratégica sobre eles e interesse em mantê-los sob controle intelectual.

Nas palavras do canadense Terry Cook,

A abordagem de Scott foi a de se afastar da descrição de documentos sob a custódia de uma instituição arquivística e ali arranjados em um único fundo para um único produtor, e de se direcionar para a descrição de múltiplos inter-relacionamentos entre numerosos produtores e numerosas séries de documentos, onde quer que eles possam estar: no(s) escritório(s) de sua produção, no setor de protocolo dos documentos correntes ou nos arquivos (...). A idéia fundamental de Scott rompeu não apenas a camisa-de-força do fundo, mas toda a ‘materialidade dos arquivos’, sobre a qual a abordagem do fundo e tantas outras abordagens sobre arquivos são implicitamente baseadas. Dessa forma, como finalmente está sendo reconhecido, Peter Scott é o fundador de uma revolução pós-custodial no mundo do pensamento arquivístico. Embora ele trabalhasse em um mundo do papel, suas idéias são agora especialmente relevantes para os arquivistas que lidam com documentos eletrônicos, em que – assim como no sistema de Scott – a materialidade do documento não tem importância alguma comparada aos seus contextos multirrelacionais de produção e uso contemporâneo.⁹

O SISTEMA DE SÉRIES E AS NORMAS PARA A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Aqueles que são familiarizados apenas com as mais antigas normas e orientações para descrição arquivística achariam o sistema de séries uma abordagem incomum, se não incompreensível, da questão do controle intelectual. Estou me referindo aqui a fontes de normas tais como o *Manual dos arquivistas holandeses*, de 1898, o *Manual of archival description* britânico,¹⁰ o *Archives, personal papers and manuscripts*¹¹ e a primeira edição de 1994 da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ou ISAD(G).

Publicações mais contemporâneas, no entanto, são muito mais ajustáveis à abordagem do sistema de séries. Refiro-me aqui a publicações tão recentes quanto a segunda edição das *Rules for archival description* (RAD2) e o guia norte-americano *Describing archives: a content standard*.¹² Tem ocorrido uma inclinação internacional em direção à lógica de se ter sistemas de controle intelectual baseados em descrições separadas, mas ligadas, de documentos e do seu contexto de produção. O mais significativo de tudo foi a publicação pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) da segunda edição de duas normas relacionadas sobre descrição arquivística: a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G), em 2000, e a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR(CPF),

em 2004. Com efeito, a introdução dessas duas normas em paralelo fornece a base para a implementação de um sistema de séries. A descrição de documentos é dirigida pela ISAD(G), enquanto a descrição dos produtores dos documentos e seus vários relacionamentos é conduzida pela ISAAR(CPF).

O DESENVOLVIMENTO DA ISAAR(CPF)

Nada ilustra esse redirecionamento do pensamento arquivístico mais claramente do que a jornada empreendida pelo Comitê de Normas de Descrição do CIA, ao desenvolver a primeira edição da ISAAR(CPF), do começo até a metade da década de 1990, e a subsequente revisão dessa norma, entre 2001 e 2003, que culminou na publicação da segunda edição da ISAAR(CPF) pelo CIA, em 2004. Assim, o processo de revisão da ISAAR(CPF) merece ser documentado e explicado detalhadamente.

A ISAAR(CPF) já foi chamada, de certa forma adequadamente, de norma esquecida.¹³ Essa denominação é particularmente correta em relação à primeira edição, que foi publicada pelo CIA em 1996. Numa visão retrospectiva, a primeira edição pode ser considerada uma tentativa muito corajosa, mas com falhas, da área de lidar com as questões que fizeram Peter Scott e Ian Maclean quebrarem a cabeça uma geração antes. Revendo a publicação com a vantagem de dez anos de compreensão posterior, o que se vê é um casamento

desconfortável dos mecanismos bibliográficos tradicionais de controle de autoridade com os imperativos bem distintos da descrição arquivística do contexto. Pode-se especular que a noção de descrições de contexto arquivístico separadas, porém ligadas, era tão radical para a maior parte dos arquivistas naquela época, que o único meio pelo qual eles poderiam acomodar tal abordagem era apresentando-a como “controle de autoridade”.

Isto não diminui o valor e a utilidade do controle de autoridade nos sistemas de informação. Dada a grande variedade de meios pelos quais os produtores de documentos e outros agentes podem ser identificados, é importante ter uma abordagem normalizada para a construção de tais referências como pontos de acesso ao sistema. Além disso, tendo em vista que entidades bem diferentes podem freqüentemente ter nomes bastante similares, se não idênticos, é importante a capacidade de se distinguir, sem ambigüidade, essas entidades diferentes em um sistema de controle arquivístico. Um sistema de controle de autoridade pode produzir esses resultados. Para ser justo com a primeira edição da ISAAR(CPF), a orientação era tudo o que seus arquitetos tinham planejado oferecer.

Contudo, dada a importância da descrição das entidades envolvidas no contexto da produção dos arquivos, era inevitável que aspectos da primeira edição da ISAAR(CPF) fossem além do simples controle de autoridade e oferecessem algu-

ma orientação sobre a produção de descrições separadas de entidades arquivísticas contextuais. Nesse sentido, a publicação da primeira edição da ISAAR(CPF) pode ser vista como um marco divisório no desenvolvimento da descrição arquivística internacional. Ela foi, entretanto, em sua maior parte um marco divisório ignorado em seu tempo. Realmente, não apenas a norma foi recebida com disseminada indiferença e incompreensão, mas, em algumas áreas, gerou verdadeira hostilidade. A primeira edição da ISAAR(CPF), apesar de todas as suas falhas, foi um documento visionário – muito à frente de seu tempo. Internacionalmente, a maior parte dos arquivistas não estava pronta para o controle de autoridade, muito menos para descrições de contexto arquivístico separadas, porém ligadas, de modo que em 1996 a publicação caiu em ouvidos moucos.

De acordo com a política do CIA de submeter as normas a um ciclo de cinco anos de exame e revisão, o Comitê de Normas de Descrição iniciou em 2001 um processo de exame formal da ISAAR(CPF), sob a presidência do arquivista italiano Stefano Vitali.¹⁴ O comitê estava plenamente consciente da mínima adoção da ISAAR(CPF) pelos arquivistas ao redor do mundo, e determinado a produzir e a promover uma nova versão da norma, que fosse mais prontamente aceita e adotada. A não-adoção da ISAAR(CPF) facilitou, de certo modo, o trabalho do comitê, no sentido de que mudar uma norma na qual poucos haviam se esforçado para

implementar dificilmente incomodaria muita gente. O comitê sentiu que tinha liberdade de revisar plenamente a norma, sem ter que se preocupar em contrariar grande número de arquivistas que tinham concordado em redesenhar sistemas remanescentes baseados na antiga norma. Por outro lado, a não-adoção significava, para o processo de revisão, a impossibilidade de receber informações de uma ampla base de experiência de implementação.

Uma questão-chave defrontada pelo comitê foi por que a norma não havia sido amplamente adotada? Era simplesmente o caso da norma estar à frente de seu tempo e que mais cedo ou mais tarde os arquivistas veriam sentido em implementá-la? Ou a própria norma era difícil de compreender e implementar? Ou seus proponentes não tinham feito o suficiente para explicar seu valor e utilidade para seus colegas? O comitê chegou à conclusão de que uma combinação de todos esses fatores estava por trás da carência da adoção. Logo, o comitê decidiu lidar com cada uma dessas questões no processo de exame e revisão.

A revisão foi anunciada em 2001, com uma chamada para que comentários e propostas de membros do CIA e de outros grupos interessados fossem entregues até julho desse mesmo ano. Em um desenvolvimento correlato, em março de 2001, a Universidade de Toronto realizou uma oficina para desenvolvimento de uma norma de codificação legível por máquinas para as descrições de contexto de entidades arquivísticas – uma nor-

ma parceira da *Encoded Archival Description* (EAD), da mesma forma que a ISAAR(CPF) é parceira da ISAD(G). Essa oficina foi iniciada pela Universidade de Yale em cooperação com o *Research Libraries Group*. Alguns membros do Comitê de Normas de Descrição participaram da oficina que, durante alguns dias, examinou a base conceitual e a abordagem mais útil para se construir e comunicar descrições legíveis por máquinas. A oficina desenvolveu o texto *Princípios e critérios para um modelo de informação de contexto arquivístico*, conhecido como os *Princípios de Toronto*.¹⁵ O grupo responsável por esse trabalho comprometeu-se com o desenvolvimento da norma de codificação paralelamente ao exame e revisão da ISAAR(CPF), para garantir a total consistência entre as duas normas. Esses esforços culminaram no desenvolvimento da norma *Encoded Archival Context* (EAC), uma linguagem informática estruturada com base em XML, para compartilhar dados descritivos sobre entidades de proveniência arquivística.¹⁶

O Comitê de Normas de Descrição do CIA recebeu 18 propostas durante 2001, em resposta à sua chamada para comentários sobre a ISAAR(CPF). Encontros subsequentes do comitê, em Bruxelas, em outubro de 2001, em Madri, em junho de 2002, e no Rio de Janeiro, em novembro de 2002, avaliaram as propostas e retrabalharam a norma totalmente. A partir dessas deliberações emergiu toda uma nova estrutura da norma, que o comitê sentiu ser mais lógica, fácil de

implementar e amigável para o usuário do que a versão de 1996. Uma minuta da segunda edição (a “minuta do Rio”) foi publicada no portal do CIA em janeiro de 2003, juntamente com um outro convite para comentários. Essa chamada gerou 28 propostas, dez a mais do que em 2001, fato que por si só já é um sinal do crescente interesse e compreensão da norma. Quase todos os comentários recebidos em 2003 concordavam com a nova estrutura que tinha sido proposta na minuta do Rio. Em seu encontro final em Canberra, Austrália, em outubro de 2003, o comitê fez as revisões finais baseadas nos comentários recebidos e aprovou a 2ª edição da ISAAR(CPF). Essa segunda edição foi publicada pelo CIA em papel e na web e lançada no Congresso Internacional de Arquivos, em Viena, em agosto de 2004.¹⁷

MUDANÇAS NA SEGUNDA EDIÇÃO DA ISAAR(CPF)

A Introdução da norma foi completamente reescrita para transmitir uma articulação mais sofisticada das vantagens de produzir descrições separadas das entidades arquivísticas contextuais. O controle de autoridade tradicional foi apontado como um dos três componentes de tal tipo de abordagem, com os outros dois componentes arrolados sendo:

1) Descrição das entidades produtoras de documentos (sua história biográfica e ou administrativa), suas responsabilidades funcionais e suas atividades de arquivamento; e

2) Referências cruzadas ou relações dessas descrições para descrições separadas de documentos produzidos pelas várias entidades e para outras entidades relacionadas (i.e., relacionamentos).

O objetivo declarado da norma é fornecer uma estrutura para a normalização e a troca de descrições arquivísticas que identificam e descrevem entidades de proveniência, de modo a possibilitar:

- A documentação estruturada dos relacionamentos entre entidades relacionadas, inclusive mudanças administrativas;
- Que os usuários compreendam o contexto da produção dos documentos, seu uso e, portanto, o seu significado/objetivo; e
- A ligação e o acesso às descrições de acervos documentais freqüentemente diversos e/ou dispersos produzidos por uma mesma entidade.

O glossário foi revisado, tanto para torná-lo compatível com o glossário da segunda edição da ISAD(G), quanto para refletir a maior abrangência da segunda edição da ISAAR(CPF). Uma importante adição ao glossário foi a definição do conceito-chave de proveniência: “relações entre os documentos e as organizações ou indivíduos que os produziram, acumularam e/ou mantiveram e os utilizaram no curso de atividades pessoais ou corporativas”.¹⁸

Durante o processo de discussão pública, de 2001, uma ampla insatisfação foi expressa com a estrutura repetitiva e

ineficiente da primeira edição da ISAAR(CPF). Esses comentários, que indicavam problemas estruturais da norma como sendo barreiras para sua implementação, repercutiram nas deliberações do *Encoded Archival Context Working* (EAC). Como resultado, o Comitê de Normas de Descrição concluiu que a ISAAR(CPF) necessitava de uma estrutura inteiramente nova. O resultado foi uma norma composta por 27 elementos descritivos, organizados em quatro áreas de descrição: Identificação, Descrição, Relacionamento e Controle.

O objetivo dos elementos da área de Identificação é identificar especificamente a entidade descrita e definir um ponto de acesso normalizado para as referências relacionadas à entidade. Na área de Descrição, a informação biográfica, familiar e histórico-administrativa pode ser registrada seja como texto livre ou estruturado. Na área de Relacionamentos, os relacionamentos com outras entidades coletivas, pessoas e famílias podem ser registrados e descritos juntamente com conexões para registros de autoridade das entidades relacionadas. Na área de Controle, pode-se registrar a informação sobre as fontes usadas para compor o registro de autoridade arquivística, seus produtores e status.

A outra característica significativa da segunda edição da ISAAR(CPF) é a área 6, que fornece orientação sobre como relacionar os registros de autoridade arquivística a materiais arquivísticos e outros recursos e como descrever a natureza da relação aí registrada. Com efei-

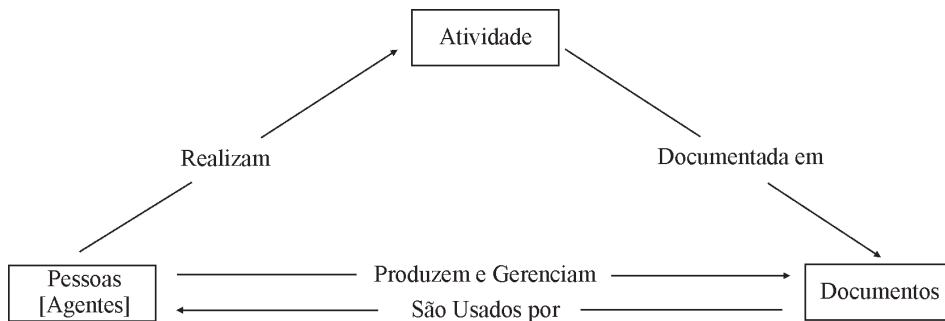
to, essa área oferece a ponte necessária entre as descrições de documentos baseadas na ISAD(G) e as descrições de entidades contextuais arquivísticas baseadas na ISAAR(CPF).

Finalmente, a segunda edição da ISAAR(CPF) contém dois apêndices, um dos quais mapeia os elementos de descrição conforme a primeira e a segunda edição da norma e o outro fornece exemplos completos de descrições conformes à ISAAR(CPF) de uma variedade de países e tradições arquivísticas.

É SOBRE AS FUNÇÕES?

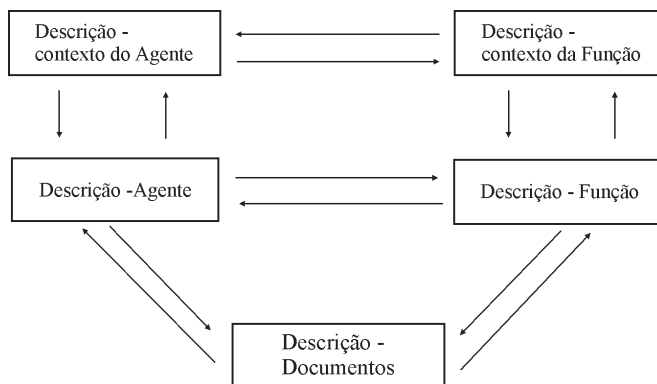
Arquivos são gerados quando pessoas ou organizações desempenham funções e realizam atividades. Não é irracional, de fato é extremamente útil, considerar as funções por si só como entidades propriamente ditas – entidades que requerem descrições separadas, com ligações tanto para os documentos que documentam o exercício da função quanto para os produtores de documentos que a desempenham.¹⁹ Funções não são meros aspectos da vida de uma entidade produtora de documentos – pelo contrário, produtores de documentos, tais como agências governamentais, podem ser considerados, com frequência, como nada mais que episódios na vida de uma função. A relação entre as três entidades do arquivamento pode ser ilustrada como segue:²⁰

Em termos de descrição arquivística, esse mesmo modelo desenvolvido pode ser representado graficamente de acordo com a figura seguinte:



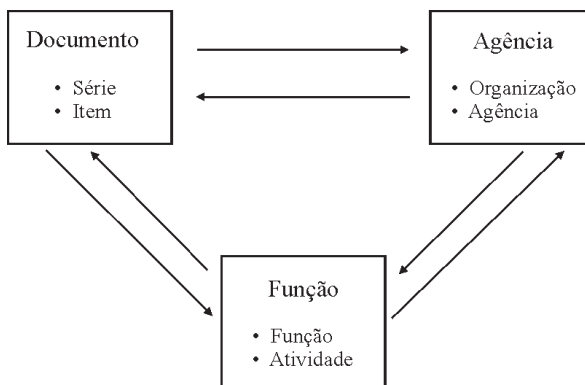
Em termos de descrição arquivística, esse mesmo modelo desenvolvido pode

ser representado graficamente de acordo com a figura seguinte:



Na implementação de sistemas de séries, as instâncias de cada uma das três principais entidades podem ser descritas

com diferentes níveis de detalhamento, com os relacionamentos entre os diferentes níveis, sendo igualmente incluídos:



Pode-se afirmar que o CIA necessita ainda elaborar uma terceira norma para a descrição de funções. De fato, uma norma desse tipo já está sendo desenvolvida pelo Comitê de Boas Práticas e Normas, que é o sucessor do Comitê de Normas de Descrição. A descrição arquivística já avançou muito desde Muller, Feith e Fruin e a influência de Peter Scott nessa jornada continua a repercutir quarenta anos após o momento em que ele compartilhou sua visão conceitual com seus colegas na Austrália.

O IMPERATIVO DA CRIAÇÃO DE REDES

Enquanto a implementação do sistema de Scott e/ou da ISAAR(CPF) em um programa arquivístico já estabelecido pode, às vezes, ser difícil de ser defendida, há um fenômeno que deveria inclinar a balança a seu favor – o crescimento do compartilhamento de dados através da Internet. Todos os arquivos sabem que documentos podem ser dispersos. Por exemplo, os papéis produzidos pelo botânico inglês Sir Joseph Banks foram espalhados por todo o mundo. A vida de Banks é bem documentada e há pouca utilidade em cada uma das centenas de arquivos e bibliotecas, que têm parte do acervo de Banks, devotarem tempo e esforço para criarem notas biográficas detalhadas no contexto de seus inventários de fundos. Com bases de dados em rede é possível não apenas conectar todas as descrições dos papéis dispersos de Banks, mas elas também podem ser conectadas a uma fonte de autoridade biográfica sobre o grande

cientista – esse é, de fato, como o sistema de Scott funciona.

Então, se o desejo de se descrever mais acuradamente a complexa realidade da proveniência não for suficiente para convencer os arquivistas a adotarem o sistema de séries, eles deveriam talvez pensar sobre o lugar que seu acervo ocupa no universo mais amplo e no infinito número de relacionamentos (tanto dentro, quanto além do mundo dos arquivos) que podem ser utilizados no mundo interconectado do ciberespaço.¹

Enquanto é verdade que os arquivistas ainda têm muito o que aprender sobre como desenhar uma interface intuitiva com o usuário para essas complexas realidades, a adoção do modelo de dados mais flexível desenvolvido por Scott nos dá uma variedade infinita de opções de desenho de interface, em oposição à interface única, de um único nível, linear e essencialmente baseada em papel, que é o tipo de instrumento de pesquisa tradicional do fundo. Com o tempo, esse trabalho será ainda mais facilitado pela disseminação do EAC. De fato, o desenvolvimento do EAC e de sua contraparte conceitual ISAAR(CPF), e a sua implementação em vários projetos de compartilhamento de dados arquivísticos,² mostra que o resto do mundo está finalmente descobrindo as inovações imaginadas por Peter Scott há tanto tempo atrás. Algumas interessantes aplicações australianas sobre o que é possível com essa abordagem para o trabalho em rede podem ser vistas no sítio eletrônico sobre Bright Sparcs,³ so-

bre a história da ciência australiana, no sítio do Australian Women's Archives Register⁴ e no do Guide to Australian Business Records.⁵

Do original Harnessing the power of provenance in archival des-

cription: an Australian perspective on the development of the second edition of ISAAR (CPF). *Journal of Archival Organization*, v. 5, nº 1, 2007. Tradução de Maria Elisa Bustamante.

N O T A S

1. INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION. *ISO 15.489. 1 Records Management part 1: general*. Genebra, 2001, p. 2.
2. MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. *Manual for the arrangement and description of archives: drawn up by the direction of the Netherlands Associations of Archivists*. Trad. para inglês de Arthur H. Leavitt. 2. ed. Chicago: Society of American Archivists, 2003. (Há edição em português do Brasil).
3. HURLEY, Chris. Problems with provenance. *Archives and Manuscripts. Journal of the Australian Society of Archivists*, v. 23, n. 2, p. 234-259, nov. 1995.
4. Nota da tradutora: Instrumento de pesquisa apresentado em ordem cronológica.

5. Nota da tradutora: No original, “*External Affairs; Home and Territories; Home Affairs; Prime Minister’s; Markets and Migration; Prime Minister’s; Transport; Interior I; Interior II; and Immigration*”.
6. WAGLAND, M. e KELLY, R. The Series System: a revolution in archival control. In: MCKEMMISH, S. e PIGGOT, M. (ed.). *The records continuum*: Ian Maclean and Australian Archives first fifty years. Melbourne: Ancora Press, 1994, p. 131-149. A primeira publicação de Scott sobre o sistema de séries foi SCOTT, P. The record group: a case for abandonment. *The American Archivist*, n. 29, out. 1966, p. 493-504.
7. HURLEY, C. The Australian ‘Series’ System: an exposition. In: MCKEMMISH, S. e PIGGOT, M. (ed.), op. cit., p. 150-172.
8. REED, B. Metadata: core record or core business? *Archives and Manuscripts*, v. 25, n. 2, p. 218-241, nov. 1997.
9. COOK, T. *Archives in the post-custodial world*: interaction of archival theory and practices since the publication of the Dutch Manual in 1898. Texto apresentado no XIII International Congress on Archives, Beijing, 1996. Ver também: COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898 and the future paradigm shift. *Archivaria*, n. 43, p. 38-39, spring 1997.
10. Agora disponível como COOK, Michael & PROCTOR, Margaret. *Manual of archival description*. (MAD3). 3. ed. Aldershot: Gower, 2000.
11. HENSEN, Stephen. *Archives, personal papers and manuscripts*: a cataloguing manual for archival repositories, historical societies and manuscript libraries. 2. ed. Chicago: Society of American Archivists, 1989.
12. SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. *Describing archives*: a content standard. Chicago, 2004.
13. DOHERTY, Teresa. Who, what, when, why? ISAAR(CPF): the forgotten standard. *Business Archives*, n. 87, p. 61-75, maio 2004.
14. VITALI, Stefano. Authority control of creators and the second edition of ISAAR(CPF), International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families. In: TAYLOR, Arlene G. e TILLET, Barbara B. (ed.). *Authority control in organizing and accessing information*: definition and international experience. Binghamton, NY: Haworth, 2004, p. 185-200.
15. Os *Princípios de Toronto* podem ser encontrados em: <http://www.library.yale.edu/eac/torontotenets.htm>
16. Ver a versão beta da EAC em: <http://www.iath.virginia.edu/eac/> Maiores informações podem ser encontradas em <http://www.library.yale.edu/eac/> e em PITTI, Daniel. Creator description: Encoded Archival Context. In: TAYLOR, Arlene G. & TILLET, Barbara B. (eds.), op. cit., p. 201-226.
17. ISAAR(CPF) está disponível no portal do CIA em várias línguas: <http://www.ica.org/biblio.pho?pdocid=144>
18. INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES. *ISAAR(CPF) – International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families*. 2. ed. Paris, 2004, p. 10. (Há edição em português do Brasil).
19. HURLEY, C. What, if anything is a function? *Archives and Manuscripts*, v. 21, n. 2, p. 208-220, nov. 1993. HURLEY, C. Ambient functions: abandoned children to zoos. *Archivaria*, n. 40, p. 21-39, fall 1995.
20. Fonte para a figura: *Conceptual and relationship models*: records in business and socio-legal contexts. Documento do Australian Research Council (1998-1999), mantido pelo projeto de pesquisa *Recordkeeping metadata standards for managing and accessing information resources in networked environments over time for government: commerce, social and cultural purposes*, da Monash University. Os pesquisadores-chefes eram Sue McKemmish, Ann Pedersen e Steve Stuckey. Disponível em: <http://www.sims.monash.edu.au/research/rcrg/research/spirt/deliver/conrelmod.html>: modelo desenvolvido por Sue McKemmish, Glenda Acland, Kate Cumming, Barbara Reed, e Nigel Ward.

O RKMS australiano era um documento do Australian Research Council (1998-1999), mantido pelo projeto de pesquisa *Recordkeeping metadata standards for managing and accessing information resources in networked environments over time for government*:

commerce, social and cultural purposes, da Monash University. Os pesquisadores-chefes eram Sue McKemmish, Ann Pedersen e Steve Stuckey.

Versões dos dois modelos foram publicadas no seguinte artigo: MCKEMMISH, Sue; ACLAND, Glenda; WARD, Nigel; REED, Barbara. Describing records in context in the continuum: the Australian Recordkeeping Metadata Schema. *Archivaria*, n. 48, p. 3-43, fall 1999.

21. RICHMOND, Lesley. *The future: EAD, archival authority information and ISAAR(CPF)*. Disponível em <http://www.archives.gla.ac.uk/projects/ead/papers/eadauth.html>
22. Por exemplo: o projeto Linking and Exploring Authority Files (LEAF), disponível em <http://www.crxnet.com/leaf/>
23. Disponível em <http://www.asap.unimelb.edu.au/bsparcs/bsparcshome.htm>
24. Disponível em <http://www.womenaustralia.info/browse.htm>
25. Disponível em <http://www.archivists.org.au/busrec/>